

100 ANOS DE UFAM

Profa. Dra. Rosa Mendonça de Brito

A criação de universidades no Brasil é um fenômeno bastante tardio. No período colonial os estudos superiores existentes eram desenvolvidos pela Igreja e destinados à formação do clero, e as tentativas para estender aos colégios jesuítas as prerrogativas universitárias foram sistematicamente frustradas e o ensino superior laico somente teria início em 1808, com a chegada de D. João VI ao Brasil quando foram criados, em Salvador, os Cursos de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia, embriões da Faculdade de Medicina da Bahia que comemorou 200 anos em 2008. Ainda em 1808, foi criada no Rio de Janeiro a Academia da Marinha e, com ela, os cursos de anatomia e cirurgia destinados à formação de cirurgiões militares; em 1809, alguns cursos de medicina; em 1810 a Academia Real Militar constituída de cursos voltados para a formação de oficiais e de engenheiros civis e militares; em 1813 a Academia de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro.

Por sucessivas reorganizações, fragmentações e aglutinações, os cursos criados por D. João VI dariam origem às escolas e faculdades profissionalizantes que iriam constituir o conjunto das nossas instituições de ensino superior até a República. A esse conjunto de instituições agregaram-se os cursos jurídicos instituídos após a Independência por D. Pedro I, em São Paulo e Olinda, em 1927.

Quanto a criação de universidades, há registro histórico de que em 1889, D. Pedro II propôs, sem lograr êxito, a criação de duas universidades: uma no norte e outra no sul do país. Que a Inconfidência Mineira trazia em seu ideário a criação de universidades. Contudo, será a partir de 1915 com o Decreto 11.530 decorrente da Reforma Carlos Maximiliano que o Governo Federal começou a estabelecer os ordenamentos jurídicos e os organismos oficiais responsáveis pela criação de universidades.

A criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1920, por exemplo, estava prevista no Art. 6º do referido Decreto com a seguinte redação: “O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de

fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar”. Nasce aí a primeira Universidade pública criada pelo Governo Federal.

De 1500 a 1808, 308 anos se passaram para que fossem criados os primeiros cursos universitários no Brasil. 409 anos, foi o tempo que a sociedade brasileira esperou para vivenciar a criação da primeira universidade brasileira, a *Escola Universitária Livre de Manáos*, aqui, nesta Cidade de Manaus, em 17 de janeiro de 1909, dois anos antes da criação de uma Universidade em São Paulo (23/3/1911), três da Universidade do Paraná (19/12/1912) e onze da Universidade do Rio de Janeiro (1920). À frente daquela empreitada um grupo de homens idealistas capitaneado pelo Tenente-Coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves.

Marco histórico para o ensino superior do país, em especial para o Estado do Amazonas, a *Escola Universitária Livre de Manáos*, nascida da reformulação da *Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas* instituída no dia 16 de novembro de 1908, e da *Escola Militar Prática do Amazonas*, criada no dia 10 de novembro de 1908 no seio do Clube da Guarda Nacional do Amazonas, fundado em 05 de setembro de 1906, possibilitou a que muitos amazonenses pudessem adquirir novos e maiores conhecimentos e novas profissões sem ter que deslocar-se para o nordeste ou centro sul do país, ou mais além, Coimbra, em Portugal.

No dia 22 de novembro, no salão de honra da Intendência Municipal de Manáos, em seção solene presidida pelo Capitão Pedro Botelho da Cunha, Diretor eleito e empossado da *Escola Militar Prática do Amazonas*, foi instalada a *Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas* e empossados, pelo Governador do Estado, Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, os membros do corpo docente e do corpo administrativo eleitos para a administração da novel instituição.

Diretor Geral - Capitão Pedro Botelho da Cunha

Vice-Diretor Geral - Capitão Ernesto Carlos Cesar

Secretário - Tenente Samuel da Silva Caldas

Sub-Secretário - Capitão Raymundo da Gama e Silva

Tesoureiro - Capitão Fortunato Porto

Oficial de Ordens - Capitão Antonio Lobato de Faria

Bibliotecário - Major Anselmo Mendes da Silva

Sub-bibliotecário - Tenente Flavio Rodrigues de Albuquerque

Almoxarife - Capitão Augusto Braule Pinto

Arquivista - Capitão Braulino do Lago

Faculdade Militar

Diretor: Raymundo da Rocha Filgueiras

Vice-Diretor: Samuel da Silva Caldas

Faculdade de Engenharia

Diretor: Arthur César Moreira de Araújo

Vice-Diretor: Manoel do Nascimento Pereira de Araújo

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

Diretor: Simplicio Coelho de Rezende

Vice-Diretor: Pedro Regalado Epiphanyo Baptista

Faculdade de Medicina

Diretor: Astrolábio Passos

Vice-Diretor: Galdino Martins de Souza Ramos

Faculdade de Ciências e Letras

Diretor: Theogenes da Silva Beltrão

Vice-Diretor: Francisco da Costa Fernandes

Para a organização de regulamentos e outras disposições necessárias à implantação e funcionamento da *Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas* foi criado pela Resolução de 22/11/1908, o Conselho Constituinte formado por lentes e professores dos cursos superiores e preparatórios. Este Conselho vigorou até 6/11/1909 quando foi substituído pelo Conselho de Organização. Os ideais e a vontade de Eulálio Chaves levariam a Instituição mais além. Por sua proposta e deliberação da Diretoria, a *Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas* foi transformada no dia 17 de janeiro de 1909, em *Escola Universitária Livre de Manaus*.

Honras lhes sejam feitas!

O visionário *Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves*, era Tenente-Coronel da Guarda Nacional, engenheiro civil, natural de Minas Gerais. Ocupou o cargo de Vice-Presidente e de Presidente em exercício do Clube da Guarda Nacional do Amazonas. Foi na condição de Presidente que comandou a criação da Escola Militar Prática do Amazonas, de sua transformação em Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas e, em seguida em Escola Universitária Livre de

Manáos. Membro do Conselho Constituinte e do Conselho de Organização lutou bravamente pela aprovação e publicação dos Estatutos assim como pelo reconhecimento oficial da nova Instituição, ocorrido no dia 8 de outubro de 1909. Foi também o autor do selo símbolo da Escola Universitária Livre de Manáos, aprovado em 13 de março de 1910. No dia 1º de fevereiro de 1910, por proposta de Carlos Eugênio Chauvin foi, a unanimidade de votos, aclamado pela Congregação, *Diretor Geral Honorário e Perpétuo da Escola Universitária Livre de Manáos*.

Conforme artigo 63 dos Estatutos, até março de 1910, a direção da Escola Universitária Livre de Manáos, e das Faculdades a ela integradas, caberia aos já eleitos e empossados na Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas. Por conta disso, assume a direção da Escola Universitária Livre de Manáos o Capitão Pedro Botelho da Cunha, Diretor eleito da Escola Militar Prática do Amazonas, da Escola Livre de Instrução Militar do Amazonas. Pedro Botelho nasceu em Manaus no dia 29 de junho de 1861. Era major da Guarda Nacional, bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais e Engenheiro Militar pela Escola Militar do Brasil. Ao falecer em Manaus, no dia 11 de setembro de 1919, ocupava o posto de major ao qual ascendera em 1911. Foi deputado estadual em três legislaturas: 1905, 1907 e 1909 e Senador pelo Estado do Amazonas.

Criada a Instituição fazia-se necessário que os títulos que iria expedir tivessem validade. Para a realização dessa tarefa foi escolhido por aclamação o tenente-coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. Seu empenho gerou imediato resultado. No dia 8 de outubro de 1909, o Governador do Estado, Antonio Clemente Ribeiro Bitencourt, assinou a Lei nº. 601 considerando validos no Estado, os títulos conferidos pela Escola Universitária Livre de Manáos.

Conforme previsto nos Estatutos, a Congregação realizou no dia 2 de fevereiro de 1910 eleição nominal e sucessiva dos Diretores e Vice-Diretores Geral e Especiais para o primeiro quinquênio da administração da Universidade (1º de março de 1910 a 1º de março de 1914). Da eleição ficou assim constituída a Diretoria da *Escola Universitária Livre de Manáos*.

Diretor Geral: Astrolábio Passos

Vice-Diretor Geral: Henrique Moers

Secretário Geral: Carlos Eugenio Chauvin

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais:

Diretor: Simplício Coelho de Rezende

Vice-Diretor: Pedro Regalado Epiphanyo Baptista

Curso: Ciências Jurídicas e Sociais**Faculdade de Medicina**

Diretor: Galdino Martins de Souza Ramos

Vice-Diretor: Francisco da Costa Fernandes

Cursos: Pharmácia, Odontologia e Parteiras.

Faculdade de Engenharia

Diretor: Arthur Cezar Moreira de Araújo

Vice-Diretor: Manoel do Nascimento Pereira de Araújo

Cursos: Engenharia Civil, Agrimensura e Agronomia

Faculdade de Ciências e Letras

Diretor: Theogenes da Silva Beltrão

Vice-Diretor: Álvaro Guimarães Maia

Curso: Ciências e Letras

Faculdade Militar

Diretor: Raymundo da Rocha Felgueiras

Vice-Diretor: Samuel da Silva Caldas.

Curso: Três Armas

Astrolábio Passos - Segundo Diretor da Universidade, era filho de Honório José de Passos e Maria Isaura de Sousa Passos, nasceu no dia 18 de dezembro de 1864 em Jerumenha, Piauí, e faleceu em Manaus, no dia 14 de agosto de 1926. Era médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia, com especialização em ginecologia e obstetrícia em hospitais de Paris, Viena e Berlim. Foi Deputado Estadual; médico efetivo do Instituto Benjamin Constant de Manaus; membro da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro; co-fundador da Sociedade de Medicina e Farmácia do Amazonas.

Os cursos que compunham a Universidade foram instalados na sessão solene de 15 de março de 1910, aberta pelo Dr. Astrolábio Passos, Diretor Geral e presidida pelo Governador do Estado, Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, - Sócio de Honra da Universidade de Manáos.

De justiça ressaltar aqui os valiosos serviços prestados à Instituição, na Capital da República, pelos doutores João Cabral e Clovis Beviláqua. Para o desenvolvimento das aulas foram utilizadas, inicialmente, as dependências do Grupo Escolar Saldanha Marinho, cedido pelo Governador do Estado, Coronel Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, em 1910.

Ainda em 1910, a Universidade de Manáos recebeu, conforme consta do Diário Oficial do Estado, nº 4.957, de 25 de Dezembro de 1910, a Medalha de Prata conferida pelo Jury Internacional da Exposição de Bruxelas. Na exposição figurou como Presidente da Comissão Amazonense, o Coronel Bernardo de Azevedo da Silva Ramos e como representante, por delegação especial, o Dr. Manoel do Nascimento Pereira de Araújo, catedrático de Engenharia e vice-diretor da mesma Faculdade.

Já em 1912, a sociedade amazonense e a Universidade começaram a colher os primeiros frutos do intenso trabalho. É que no dia 1º de janeiro, em cerimônia realizada no salão nobre do Ginásio Amazonense, foi concedido grau a 08 farmacêuticos; 10 odontólogos; e 03 agrimensores. 07 mulheres entre os 21 formandos!

Os farmacêuticos: Adail Valente do Couto, Julio Martins de Souza Ramos, Raymunda Frota Leite, Clotilde de Araújo Pinheiro, Luiza Tiburcio da Silva, João Mavignier de Oliveir, Gilberto Frignani, Eliezer Adrião Nogueira Torres.

Os odontólogos: Gentil Augusto Bittencourt, Julia Bittencourt, Virgilia Corrêa Marinho Falcão, Marina Amora, Honorina Amora, João de Oliveira Freitas, Silvério Cyriaco de Souza Carvalho, João Chrysostomo e Silva, Francisco Salles Montello, Manoel Adolpho Pereira Gomes.

Os agrimensores: Angelino Bevilacqua, Raymundo Raposo Nina, Anthero Veiga.

No dia 13 de julho de 1913, por decisão da Congregação, reunida em sessão solene, a *Escola Universitária Livre de Manáos* passou a denominar-se *Universidade de Manáos*.

A partir de 12 de fevereiro de 1914, a Universidade de Manáos deixou as dependência do Grupo Escolar Saldanha Marinho e passou a ocupar o prédio do Estado situado à Avenida Joaquim Nabuco, onde funcionava a Repartição de Obras Públicas, cedido em usufruto pelo Governador do Estado, Dr. Jonathas de Freitas Pedrosa, através da Lei nº 728, de 29 de setembro de 1913.

Também em 1914, no dia 19 de dezembro, a Universidade apresentou à sociedade amazonense, novos resultados. Naquela data a Congregação da Universidade de Manáos, reunida em sessão solene no salão nobre do Ginásio Amazonense, concedeu grau aos primeiros bacharelados em Ciências Jurídicas e Sociais e títulos aos concludentes de odontologia e agrimensura.

Os bacharéis da primeira turma do Curso de Ciências Jurídicas e Sociais eram: Artur Pereira Studart, Alfredo Freitas, Domingos Alves P. Queiroz, Francisco Moreira, Francisco Nogueira de Souza, George Cavalcante de Cerqueira, Hermes Afonso Tupinambá, Izidoro Alves Maquine, João Batista Guimarães, José Chevalier C. de Almeida, José da Silveira Primo, José Furtado Belém, João Henrique dos Santos, Manoel de Miranda Simões, Manoel de Mendonça Lima, Manoel Barbosa Gesta, Raimundo de Carvalho Palhano, Raimundo Thomé Bezerra, Sadoc Pereira, Temísthocles Pinheiro Gadelha.

No final daquele período a Universidade tinha 289 sócios entre fundadores de honra, fundadores, benfeitores, beneméritos e correspondentes, que juntamente com o Governo do Estado ajudavam a manter a Instituição. Para não cansa-los, nomearemos apenas os fundadores de honra que muito fizeram pela nossa Universidade. São eles: Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt, Antonio Gonçalves de Sá Peixoto, Henrique Ferreira Penna de Azevedo, Silvério José Nery, Jorge de Moraes, Jonathas de Freitas Pedroza, Francisco Publio Ribeiro Bittencourt, Pedro de Alcântara Freire, Raymundo Affonso de Carvalho, Agnello Bittencourt, Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, Clovis Bevilaqua, Francisco Ferreira Lima Bacury, José Cardoso Ramalho Junior.

A Universidade de Manáos, oficialmente mantida pelo Governo do Estado foi, na prática, implementada pela convergência de forças da sociedade local; de doações financeiras de simples cidadãos e de grandes proprietários de seringais que à época, representavam tanto o poder financeiro, quanto o poder político e, até mesmo administrativo do Estado; de subvenções do estado e dos municípios de Manaus, Maués, Parintins, Coari, Lábrea, Benjamin Constant, Manicoré, Humaitá e Codajás. Apesar disso, a sua manutenção, mesmo contando com duas fontes de recursos: subvenções e doações, foi sempre muito difícil.

Com a decadência do período áureo da borracha nativa da Amazônia, em decorrência das plantações asiáticas iniciadas e incentivadas pelos ingleses na Malásia, Ceilão, Índia, Birmânia, Bornéu e Tailândia, as companhias inglesas e de outros países perderam o interesse na região e deixaram de prover a manutenção dos serviços públicos de que eram concessionárias fazendo com que as mesmas entrassem em decadência. O declínio econômico e financeiro atingiu a

sociedade amazonense e, conseqüentemente, a educação, a Universidade de Manáos passou a enfrentar sérias dificuldades financeira e, por conta disso, começou a desestruturar-se.

Visando proteger a Universidade e assegurar o seu funcionamento, o Senador amazonense Augusto César Lopes Gonçalves apresentou e aprovou no Congresso Nacional em 1917, o Projeto nº. 18 que considerava a Universidade de Manáos uma Academia de utilidade pública. Com a mesma finalidade, a Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918, em seu Art. 8º, considerou idônea a Universidade de Manáos. Os dois atos abriram caminho para a solicitação do reconhecimento da instituição no âmbito federal, uma vez que no Estado do Amazonas, seus títulos e diplomas já eram reconhecidos desde 1909 por força da Lei 601, de 8 de outubro.

Um outro fato decisivo para a desestruturação da Universidade foi a saída da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da sua estrutura organizacional em 1917. Isto porque a medida que uma parte foi retirada, fragmentou-se o todo e o sistema perdeu energia enfraquecendo e comprometendo sua harmonia e equilíbrio. A partir desse episódio outras Faculdades foram sendo fechadas e a Universidade foi cada vez mais se desestruturando até extinguir-se em 1926. E a mesma sociedade que aplaudiu e comemorou e aplaudiu a criação e as realizações da nossa universidade, chorou entristecida com a sua desestruturação e morte do seu grande reitor, Astrolábio Passos, em 14 de agosto 1926.

Daquela data em diante, da estrutura de 1909 restaram apenas funcionando isoladamente, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, a Faculdade de Farmácia e Odontologia (antiga Faculdade de Medicina, extinta em 1944), e a Escola Agrônômica de Manaus (antiga Faculdade de engenharia, extinta em 1943).

O caráter de universidade, perdido naquele momento, somente seria resgatado 36 anos mais tarde, com a criação da Universidade do Amazonas, sucessora legítima da Escola Universitária Livre de Manáos e da Universidade de Manáos, que tem como principal elo de ligação a Faculdade de Direito, com 100 anos de funcionamento ininterrupto.

A criação da Universidade do Amazonas através da Lei 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart, em 27 de junho de 1962, decorreu da vontade de muitos amazonenses, tendo à frente um outro visionário, o então Deputado Federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, que elaborou e submeteu ao Congresso Nacional, apoiado pela bancada amazonense, o Projeto de sua criação.

Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho - Nasceu em Manaus, no dia 12 de fevereiro de 1922 e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1987. Bacharel em Direito pela Universidade do Amazonas, foi Escrivão dos Feitos da Fazenda; Chefe de Gabinete do Governo do Estado; Secretário de Estado de Economia e Finanças e do Interior e Justiça do Amazonas. Deputado Estadual em três legislaturas: 1947 a 1959; Deputado Federal de 1959 a 1963 e Senador da República de 1963 a 1969.

Para organizar e fazer funcionar a Universidade do Amazonas, o governo federal designou como seu representante o Prof. Aderson Andrade de Menezes que soube congregar inteligências e vontades, formar e instalar, em 20 de junho de 1963, em sessão presidida pelo Governador Plínio Ramos Coelho e presença do Senador Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, o 1º Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas constituído pelos senhores: Waldemar Pinheiro de Souza (Presidente); Abdul Sayol de Sá Peixoto, Avelino Pereira, Jacob Benaion Sabbá e Milton Nogueira Marques (membros; João Pinheiro Machado e José Ribeiro Soares (suplentes), nomeados através de decretos do Presidente da República, assinados no dia 18 de março de 1963. Ao Conselho foi concedido poderes para estabelecer as diretrizes e normas necessárias à instalação e funcionamento da Universidade.

No dia 3 de julho de 1964, quando da realização da décima oitava reunião o Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas elegeu para os cargos de Reitor e Vice-Reitor da Universidade, os professores Aderson Andrade de Menezes e José Augusto Teles de Borborema e decidiu, para homenagear a Escola Universitária Livre de Manaus, fundada em 17 de janeiro de 1909, que a Universidade do Amazonas seria instalada no dia 17 de janeiro de 1965.

Além do empenho da Bancada do Amazonas no Congresso Nacional e do Governo Federal, não podemos deixar de salientar a contribuição indispensável dos Governadores Plínio Ramos Coelho e Arthur César Ferreira Reis que não mediram esforços para que a Universidade pudesse funcionar.

Plínio Governava o Estado quando da criação da Universidade e tudo fez para que ela se tornasse realidade. Com o seu afastamento pela Revolução de Março de 1964, foi nomeado para governar o Estado, o professor e historiador amazonense Arthur César Ferreira Reis. Ao assumir o Governo e deparar-se com a situação crítica de qualificação de pessoal, especialmente, em nível superior, encaminhou ao então Reitor da Universidade do Amazonas, Prof. Aderson Andrade de Menezes, o Ofício GE-611/64, datado de 3 de novembro de 1964 pedindo a instalação das

Faculdades de Medicina, Farmácia, Odontologia e Engenharia. Justifica o seu pedido e oferece a contribuição do Estado para que os cursos pudessem ser instalados.

O Parecer sobre a implantação das Faculdades elaborado pelo Conselheiro André Vidal de Araújo foi apresentado e aprovado pelo Conselho Universitário no dia 20 de novembro de 1965, através da Resolução 06/65 que traçou as normas para a instalação e funcionamento das Faculdades a partir de 1966. Às Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia foram destinadas as dependências do Grupo Escolar Plácido Serrano, doado à Universidade através da Lei nº. 348, de 13 de dezembro de 1965, e disponibilizado o hospital Getúlio Vargas e demais hospitais do Estado para o desenvolvimento das aulas práticas e estágios.

Também foram doados à Universidade pela Lei nº. 22, de 22 de maio de 1964, os móveis, máquinas e utensílios e o prédio situado na Rua José Paranaguá s/n, onde funcionavam a Faculdades de Ciências Econômicas e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Aos poucos a Universidade vai se consolidando e ampliando a sua estrutura e atuação através da criação de novos cursos ou absorção de alguns já existentes. No dia 21 de fevereiro de 1967 a Escola de Serviço Social, fundada em 15 de janeiro de 1941, foi agregada a Universidade do Amazonas pela Resolução nº 06/67, sendo posteriormente doada à referida instituição pelo professor André Vidal de Araújo e sua mulher Milburges Bezerra de Araújo através de Escritura Pública, datada de 15 de julho de 1972. Em 1997, a Escola de Enfermagem de Manaus foi agregada pelo Governo Federal à Universidade do Amazonas.

Da sua criação em 1962 até 1976, as Unidades Acadêmicas que faziam parte da Universidade do Amazonas, funcionaram em prédios isolados, espalhados pelo centro da cidade. A doação de uma área verde, nas proximidades do distrito industrial, pelo Governo do Estado, ensejou a construção do Campus Universitário, situado em uma área com mais de 6 milhões de Km quadrados.

As obras do Campus Sul (mini-campus) tiveram início em 1969 e as atividades de ensino, em março de 1977. A construção do Campus Norte, projeto do Arquiteto Severiano Mário Porto, foi iniciada em 1981. Em 1985 foram inaugurados os primeiros pavilhões de salas de aula e parte administrativa do Instituto de Ciências Humanas e Letras – ICHL. Outros Pavilhões foram sendo construídos e outros cursos foram sendo instalados. Em 1992, na administração Marcos Barros, a Direção maior da instituição instalou-se no Campus. Hoje, a quase totalidade das unidades que compõem a Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, estão localizadas no Campus

Universitário. Fora do Campus apenas a Faculdade de Ciências da Saúde que permanece no complexo do Boulevard Álvaro Maia, no mesmo lugar onde iniciou as suas atividades em 1966; a Faculdade de Ciências Farmacêuticas que permanece no prédio da Rua Comendador Alexandre Amorim, no Bairro de Aparecida, e a Escola de Enfermagem de Manaus que continua a funcionar no prédio da antiga Fundação SESP, na Vila Municipal.

No dia 20 de junho de 2002, a Universidade do Amazonas passa a denominar-se Universidade Federal do Amazonas – UFAM, em virtude da Lei 10.468, decorrente do Projeto de autoria do Senador José Bernardo Cabral.

Atualmente a Universidade Federal do Amazonas é constituída dos seguintes órgãos:

Conselhos Superiores: Conselho Universitário, Conselho de Administração e Conselho de Ensino, Pesquisa e Interiorização.

Reitoria e Vice- Reitoria

Pró-Reitorias de: Administração e Finanças, Planejamento, Assuntos Comunitários, Ensino de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Interiorização.

Procuradoria Jurídica

17 Órgãos Suplementares: Centro de Artes, Centro de Apoio Multidisciplinar, Centro de Ciências do Ambiente, Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico, Centro de Educação à Distância, Centro de Pesquisa e Produção de Medicamentos do Amazonas, Centro de Processamento de Dados, Centro de Tecnologia Eletrônica e de Informação, Comissão Permanente de Concursos, Editora, Fazenda Experimental Museu Amazônico, Prefeitura do Campus, Sistemas de Bibliotecas, TV UFAM, Hospital Universitário Getúlio Vargas e Hospital Francisca Mendes.

13 Unidades Acadêmicas na Capital: Escola de Enfermagem, Faculdades de Direito, de Estudos Sociais, de Ciências Agrárias, de Educação, de Educação Física, de Ciências Farmacêuticas, de Medicina, de Odontologia, de Tecnologia, e os Institutos de Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Humanas e Letras. Oferecendo à sociedade 55 cursos de graduação, 30 mestrados e 08 doutorados.

5 Unidades Acadêmicas no Interior, nos municípios de: Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara e Parintins, oferecendo à comunidade 30 cursos de graduação, sendo 6 em cada município.

Neste centenário dirigiram a Universidade na condição de Reitor e Vice-Reitor, os seguintes professores:

1909/1910 - Pedro Botelho da Cunha - Ernesto Carlos César

1910/1926 - Astrolábio Passos - Henrique José Moers

1964/1965 - Aderson Andrade de Menezes - José Augusto Teles de Borborema

1965/1970 - Jauary Guimarães de Souza Marinho - José Lópes da Silva

1970/1976 - Áderson Pereira Dutra - Octávio Hamilton Botelho Mourão

1976/1984 – Octávio Hamilton Botelho Mourão - Roberto dos Santos Vieira e Geraldo Dias da Rocha

1985/1989 – Roberto dos Santos Vieira - Raimundo Ademar Mauro Teixeira

1989/1993 - Marcos Luis Barroso Barros - Dilma Montezuma

1993/1997 - Nelson Abraham Fraiji - Hélvio Neves Guerra

1997/2001 - Walmir de Albuquerque Barbosa - Silas Guedes de Oliveira

2001/2009 - Hidembergue Ordozgoith da Frota - Neila Falcone da Silva Bomfim e Gerson Suguiyama Nakagima

Certo é que a existência da *Escola Universitária Livre de Manáos*, hoje Universidade Federal do Amazonas, nascida sob o manto do positivismo que orientava os pensares e os fazeres nacionais está completando 100 anos. Nela temos que ver, sobretudo, os avanços alcançados que impediram a paralisia do pensamento e a asfixia da consciência reflexiva; o processo de transformação por que passou e está passando para responder aos desafios peculiares de cada momento histórico. Temos que ver, ainda, os resultados alcançados no cumprimento de suas funções na formação profissional para as carreiras de base intelectual, científica e técnica, assim como o alargamento da mente humana que a busca e o contato com o saber produzem na vida intelectual, na imaginação e na visão de mundo.

A Universidade, dedicando-se à formação moral e intelectual dos homens e das mulheres através do ensino, da pesquisa, da extensão e da busca do conhecimento e da verdade, guardou intacta a sua função precípua de gerar saber. Construir e transmitir conhecimentos, foi e será sempre a função primordial da Universidade Federal do Amazonas. Nesta perspectiva, não é possível deixar de reconhecer a valiosa contribuição da Escola Universitária Livre de Manaus, da Universidade de Manáos, da Universidade do Amazonas e da Universidade Federal do Amazonas, para a educação do nosso Estado. Por mais de 9 décadas, realizou sozinha a formação superior da nossa gente. A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a construção e desenvolvimento da nossa Universidade, homenageamos nesta hora!